

45ª Reunião Ordinária – Porto Seguro, 04 e 05 de junho
LISTA DE PRESENÇA

Nomes	Instituição
1- Paulo Dimas Rocha Menezes	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Rodrigues Borges	2- Instituto BioAtlântica - IBio
4- Waldir Paixão Graciano	3- Associação de Moradores Comunidade Oliveira Costa
5- Sueli Abad	4- Associação Cultural Arte e Ecologia / ASCAE
6- José Francisco Júnior	5- Grupo Ambiental Natureza Bela
7- Erik Tedesco	
8- Sérgio Andrade	
9- Almir Requião	6- Manguezal Meu Quintal da Ilha de Itaparica
10- Elienai Lima de Jesus	
11- M ^a Graças B. Depolo	7- Associação de Moradores de Costa Dourada
12- Célio R. Conceição Costa	
13- Alexandre Di Ciero	8- Suzano
14- Marcio Roberto Couto	
15- Adilécio G. Freitas	
16- Marcelo G. Meira	
17- José Dilson da Silva Dias	9- Coop. Reflor. Mata Atlântica Ext. Sul Bahia / Cooplantar
18- Romildo Afonso da Silva	10- Assoc. Comunitária Beneficente Nova Caraíva / ASCBENC
19- Alan Soares dos Santos	
20- Antonio Tamarri	11- Movimento de Defesa de Porto Seguro - MDPS
21- Jeferson Morgado	
22- Juliano Dias	12- Fibria
23- Lausanne Almeida	
24- Dennis Bernardo	
25- Victória Rizo	13- Ass. Produtores Eucalipto Extremo Sul da Bahia / ASPEX
26- Humberto Amoedo	14- Veracel
27- Virginia Camargos	
28- Rafael Tiburcio	

PAUTA

TEMA: ORDENAMENTO TERRITORIAL – CORREDORES E MOSAICOS FLORESTAIS

Esclarecimento sobre herbicidas na silvicultura

Acordo sobre estradas de acesso ao litoral

Compra de madeira na Costa do Descobrimento

TAC Arboretum: status de implementação

Corredor Regional

Atuação de organizações socioambientais do Fórum: restauração florestal

Possibilidades e propostas de integração

MEMÓRIA

Esclarecimento sobre herbicidas na silvicultura – Fibria, Suzano e Veracel

O representante da Fibria fez a apresentação (anexo), em nome das três empresas, visando esclarecer dúvidas suscitadas no grupo de mensagens do Fórum Florestal da Bahia (FF) sobre o uso de herbicidas na silvicultura. Ressaltou que nem ele nem os demais técnicos das empresas presentes à reunião eram peritos no assunto e que, portanto, o objetivo da apresentação não era esgotar o tema e que para dúvidas mais específicas, num segundo momento, poderia trazer especialista no tema. Pontuou que o foco da apresentação seria o glifosato. Afirmou que a grande maioria das culturas usa algum tipo de herbicida - ou o glifosato ou algum similar, e que o mesmo age nas gramíneas depois que germinam. Explicou que embora o Round-up seja o herbicida mais conhecido, nas plantações de eucalipto é utilizado o Scout, que tem a classe toxicológica III (medianamente tóxico) e que pela classificação do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) quanto mais próximo do 1, mais tóxico é o produto. Elucidou que todo produto químico, entre eles gasolina e diesel, possui uma ficha de informação e segurança do produto químico e que o produtor tem que deixar esta ficha no local onde o produto está armazenado, sendo que a ficha de emergência tem que ir junto com o produto durante o transporte, pois nela estão contidos todos os cuidados e emergência, com ser humano e com o meio ambiente, em caso de acidente.

Lembrou que qualquer herbicida tem que ter registro no Ministério da Saúde (ANVISA), MAPA e MMA (IBAMA), sendo obrigatório treinamento de 20 horas para usar defensivo agrícola, sendo o uso de EPIs obrigação do empregador. Por questão de segurança, para uso do herbicida tem que haver emissão de receituário agrônomo, pois em qualquer

tipo de problema pode se acionar administrativamente o profissional que receitou. Sobre os EPIs, citou que as empresas adotam um macacão “teflonado” que pode receber água e que tem etiqueta atrás com o número máximo de lavagens. Após este número limite, o macacão é descartado como resíduo perigoso e vai para incineração, sendo esta de responsabilidade das empresas terceirizadas, e que existem empresas responsáveis por lavar a roupa dos funcionários que aplicam os herbicidas. Mencionou que as embalagens devem ser devolvidas, sendo por lei de responsabilidade da empresa produtora (no caso a Monsanto) o local para depósito das embalagens, que são queimadas em locais com filtro que vão garantir que gases não vão para atmosfera. Na região, o depósito fica em Ilhéus e na entrega das embalagens é fornecido um recibo às empresas florestais. Argumentou que há uma grande redução do uso de herbicidas na silvicultura, à medida que vai sendo reduzida a infestação de gramíneas e com o tempo, o que é muito positivo para a saúde do trabalhador e do ambiente. Enfatizou que o controle de qualidade é rigoroso. Acerca do resultado no ser humano, informou que estudos em animais e camundongos evidenciam não existir potencial de produzir câncer nestes animais. Elucidou o que é adjuvante e que de acordo com nova política do MS muitos produtos outrora classe IV estão indo para a classe III, por causa da alteração do adjuvante.

Entrando no debate, o representante do Manguezal Meu Quintal informou que foi dito num seminário em Amargosa, do qual participou, que os herbicidas ficam no solo e no período de chuva os resíduos são levados para os rios, afetando produção dos manguezais e sobrevivência dos catadores de mariscos. E perguntou qual a quantidade de fertilizante que é usado na região?

O representante de Oliveira Costa falou que antigamente havia fartura de peixe na sua comunidade e que com a saída de muita gente por conta da ação sobre a carvoaria era para ter mais peixe na região. Relatou que muitas pessoas da região relacionam a falta de pescado com a tomada da área pelas plantações de eucalipto e solicitou que seja feito um estudo profundo para detectar a causa do sumiço dos peixes.

Já a representante de Costa Dourada indagou sobre a utilização de tratores para espalhar herbicida nos plantios, substituindo a aplicação manual e o emprego de mais mão-de-obra.

A representante da ASCAE afirmou que continuava com muitas dúvidas. Entre elas, a questão da diminuição da aplicação do herbicida com o passar do tempo, questionando se a terra não fica empobrecida após muitas aplicações e se o herbicida escorre ou não escorre para os rios, se mata ou não os peixes.

O representante da Fibria explicou que existem mais de 500 tipos de herbicidas e que para responder o que foi dito em Amargosa teria que saber qual herbicida foi mencionado. Sobre a contaminação dos rios, afirmou que as três empresas fazem monitoramento do produto nos cursos d' água, que existem 12 pontos monitorados na Bahia sobre o glifosato e que no histórico de aplicação do glifosato não existe

contaminação, sendo que 99% do produto utilizado nas plantações de eucalipto é glifosato. Afirmou que o banco de sementes não é prejudicado, pois o produto não tem capacidade de atuar nas sementes e sim na gramínea em estado vegetativo. Afirmou ainda que o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, que possui mais de 200 instituições signatárias, recomenda e defende o uso do glifosato como forma de se promover a restauração com menor custo. Disse ainda que empresas que trabalham com represamento de água têm problemas com plantas aquáticas e as controlam com glifosato, com avião jogando o produto em cima da água.

Por sua vez, o representante da Cooplar recordou que, em Caraíva, a empresa que fazia o plantio para a Veracel utilizava a represa para fazer a mistura do herbicida e a água ficava toda branca. Mas que o assunto foi falado numa reunião e a partir daí caminhão pipa leva a água para o campo e lá se faz a mistura. E que após isso a mortandade de peixes acabou e hoje o mangue de Caraíva é farto.

Esclarecendo a dúvida da representante de Costa Dourada, o representante da Natureza Bela disse que não se aplica herbicida através de pulverização por motobombas acopladas em trator, que neste caso trata-se de algum defensivo agrícola ou fertilizantes. Já o herbicida é aplicado direcionado ao solo e apenas quando a grama está nascendo ou começando a nascer. Após os esclarecimentos e debate, a reunião prosseguiu com a abordagem do tema seguinte.

Acordo sobre estradas de acesso ao litoral

Apresentação da Suzano (anexo)

O representante da Suzano argumentou que o recuo do plantio solicitado pelo representante de Oliveira Costa foi efetuado no mês de março e que em abril, no dia da visita técnica foi possível ver o recuo. No mapa da apresentação, mostrou os locais onde a empresa realizou o recuo (em vermelho) e as áreas onde será feito recuo (azul).

A representante de Costa Dourada perguntou se a empresa vai cuidar da sinalização das estradas (Picadão, Oliveira Costa e Itaúnas) até o final do ano.

O representante da Suzano garantiu que a mesma será feita até final do ano, com colaboração das comunidades envolvidas para estabelecer local específico para colocação das placas. Outro representante da Suzano solicitou a ajuda da comunidade com a questão do vandalismo.

A representante de Costa Dourada respondeu dizendo que a região está mais tranquila e demandou que as empresas Fibria e Suzano façam um trabalho de educação, com crianças e pais, nas duas escolas locais, mostrando o quê e porquê está fazendo e o benefício para a comunidade, realizando uma reunião para que se defina qual tipo de placa e os dizeres e outra reunião depois das placas prontas.

Por sua vez, o representante da Fibria observou que das 24 placas que foram colocadas na estrada do Picadão, em parceria com a REBIO, apenas uma foi removida e recuperada em Costa Dourada. O representante de Oliveira Costa ressaltou que já foram feitas reuniões em Mucuri e Itaúnas para sensibilizar a comunidade e que a mesma está esperando uma nova reunião. Respondendo a pergunta do secretário executivo sobre o final de ano para sinalização das estradas, o representante da Suzano respondeu afirmativamente e disse ainda que os pontos que são considerados críticos e perigosos, que colocam vida das pessoas em perigo, mesmo que tenham 16 ou 17 metros, vão ser recuados imediatamente.

Apresentação da Fibria (anexo)

Foi feita uma apresentação sucinta, indicando no mapa as áreas em que houve colheita em 2013, cujas ações serão feitas pela área de silvicultura, considerando os 15 metros: 7,5 metros a partir do centro. Informou que, caso haja acordo, os recuos serão finalizados até 2018.

Apresentação da Veracel (anexo)

O representante da Veracel informou que até 2017 a empresa finalizará o recuo nas suas áreas, caso haja acordo, sendo que a maior parte será feita em 2015.

O representante da Cooplar solicitou que a empresa faça o recuo em uma curva perigosa, depois do trecho conhecido como Cotovelo, que não tem nem 5 metros de largura. Aproveitou para agradecer a ponte que foi feita pela empresa após a visita técnica.

O representante da Veracel pediu que a curva em questão seja marcada no mapa enviado para os membros do FF, para técnicos da empresa fazerem visita ao local.

Após a apresentação das três empresas, o secretário executivo consultou à plenária, questionando se as organizações aceitariam o acordo nos termos definidos pelo Grupo de Trabalho.

Deliberação: as empresas e organizações presentes concordaram com os termos e decidiram, por consenso, a aceitação do acordo, nos termos que se seguem.

ACORDO SOBRE SEGURANÇA EM ESTRADAS DE TERRA DE ACESSO AO LITORAL NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Este acordo incide sobre trechos com plantios de eucalipto nas seguintes estradas:

- “Estrada do Picadão” da BR 101 até Costa Dourada (Fibria e Suzano)

- Estrada de Itaúnas até Estrada do Picadão (Fibria e Suzano)
- Acesso à Oliveira Costa (Fibria e Suzano)
- Estrada que liga a BR 101 a Caraíva passando pelo distrito de Monte Pascoal (Veracel)
- Estrada de acesso a Caraíva que sai da BR 101 próximo à Itabela, chamada “Estrada da Usina”, passando pela “Estrada do Meio” (Veracel)

Visando minimizar impactos gerados pelo tráfego de carretas em estradas de terra de acesso a pontos turísticos do litoral, as seguintes ações serão realizadas pelas empresas Fibria Suzano e Veracel nas estradas objeto deste acordo

- nestas estradas haverá recuo dos plantios que permitam largura mínima de 15 m (“de tronco a tronco” ou “de cerca a cerca”), pista de rolamento de 7 m, acostamentos de 3 m em ambos os lados e faixa adicional de 1 m de cada lado para sinalização vertical fixa;
- haverá “desbaste” no primeiro ano de implantação de plantios nestes trechos (próximo a curvas ou entroncamentos), para melhoria de visibilidade;
- haverá instalação de placas, no início e ao longo das estradas, com participação das comunidades do litoral na definição dos locais adequados;
- haverá inserção de item sobre estas estradas em material informativo distribuído durante campanhas de redução de tráfego na BR 101, em parceria com a polícia rodoviária federal;
- haverá distribuição de material informativo em pontos estratégicos de cada uma das estradas nos feriados nacionais de maior fluxo;
- serão realizadas ações internas de conscientização junto aos empregados e prestadores de serviços envolvidos na área de logística das empresas;
- as empresas implementarão a pista de 7 m após o recuo nas áreas de plantio comercial de sua propriedade durante o período da colheita;
- a implementação da pista de acostamento e faixas adicionais será de responsabilidade do poder público;
- os trechos não ampliados nas terras das empresas receberão sinalização de segurança alertando sobre estreitamento de pista e necessidade de redução de velocidade;
- os recuos serão implementados de acordo com cronograma de plantio e colheita, a partir de 6 de março de 2013;

- Os mapas e cronograma de colheita, em anexo, são parte integrante deste acordo;
- os pontos de maior risco de acidentes, determinados pelas empresas e organizações de Caraíva, Nova Caraíva, Oliveira Costa, Itaunas e Costa Dourada, serão objeto de recuo antes da próxima temporada de verão, até 25 de dezembro de 2013;
- as comunidades de Caraíva, Itaunas, Costa Dourada realizarão reuniões com poder público municipal para tratar da ampliação das estradas a partir do fechamento deste acordo.

Porto Seguro, 4 de junho de 2013.

Compra de madeira na Costa do Descobrimento – Suzano e Natureza Bela

Compra de madeira em áreas desmatadas e na APA Caraíva Trancoso (anexo)

O representante da Suzano afirmou que a empresa já deveria ter entrado com processo de avaliação mais criteriosa em relação à compra de madeira na Costa do Descobrimento, levando em consideração as dúvidas suscitadas no FF e ter se orientado por pessoas que conhecem a região. Falou que a empresa estava dando a mão à palmatória e reconhecendo, mais uma vez, que houve falha no processo de compra no município de Cabrália e Belmonte. Enfatizou que nos novos processos de compra a empresa mudou completamente a sistemática e abrirá estes processos, caso venham a fazer mais alguma compra na região, para submeter e discutir a compra com membros do FF, questionando a plenária sobre o que a empresa pode fazer para mitigar o erro.

O representante do Natureza Bela informou que a propriedade em questão, localizada nos municípios de Cabrália e Belmonte, era mata em 2001 e já aparecia como convertida nas imagens de 2007. Outro representante da Natureza Bela questionou o que a Suzano vai fazer para que isso não se repita, porque está evidente que não está havendo aquisição de madeira oriunda de áreas desmatadas e com uso de licenças incompletas ou irregulares o tempo todo.

O representante da Suzano respondeu que não vai mais acontecer este tipo de episódio, pois a empresa está estabelecendo um sistema de governança rigoroso e pediu para que sua fala fosse colocada nesta memória. Mencionou ainda a possibilidade de criação de um comitê, com membros do FF para fazer avaliação conjunta da compra de madeira na região.

Por sua vez, o representante da Natureza Bela ressaltou que diverge de algumas respostas da empresa, citando mensagens de um antigo representante da Suzano no FF de que a empresa alega possuir inúmeras certificações e que não compra madeira em áreas desmatadas antes de 94. E para resolver a questão, propôs que a empresa faça



**DIÁLOGO
FLORESTAL**

FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

uma autodenúncia junto ao MP de que houve compra de madeira de área de origem criminosa, para que isso não aconteça mais, pois não tem como fingir que o fato não aconteceu. Lembrou que existem muitas falhas no processo de licenciamento, mas que a licença que a empresa obteve numa fazenda de Belmonte não tem nenhum amparo legal, visto que Belmonte, à época, não tinha permissão para emitir Licença de plantio de eucaliptos e que haviam pedidos de Licenças efetuados de 4 a 5 anos após seus plantios efetivos, quando seria razoável solicitar a Licença no mesmo ano dos plantios, não um ano antes do corte.

Sobre a sugestão de autodenúncia junto ao MP, o representante da Suzano disse que não poderia responder no momento, pois teria que levar proposta para empresa.

O representante da Natureza Bela contra-argumentou que é muito mais elegante para empresa neste momento fazer este *“mea culpa”* junto ao MP, pois, burocraticamente, o servidor público dá a licença e pronto, sem de fato averiguar a base legal do ato, como se viu, mas, perante certificadoras como o FSC como é que Suzano vai responder que está comprando em 2013 madeira com plantio licenciado em 2012? Destacou que licença de plantio sempre existiu, como mostra o bom exemplo do Sr. Tadeu Nicchio, e que licença colhida fora do prazo é uma *“pegadinha”* que sempre pode acontecer quando se compra no mercado aberto, sem Licença legal. Reforçou sua preocupação com a alegação da empresa de que não compra madeira de áreas desmatadas antes de 94 quando depara com imagem de desmatamento após 2001 e até 2007, como constatou. Avaliou o prejuízo destas ações para aqueles proprietários fomentados da ASPEX, que estão tentando fazer tudo direitinho, mas que vão receber quase o mesmo valor pelo m³ de madeira que aquele que atua na irregularidade e afirmou que, como ente da sociedade, não pode ficar calado, o que, para empresa, pode gerar uma multa, como está no TAC, mas reiterou o pedido para que a Suzano analise a autodenúncia, dizendo do erro que cometeu. Lembrou que, dos 4 exemplos de propriedades da qual adquiriu madeira, apenas uma está 100% legal e que, no caso de Nova Caraíva, 9 de 10 pessoas de lá dizem que a madeira foi comprada pela Suzano, embora não se saiba qual foi a empresa que prestou o serviço, terminando por disponibilizar a apresentação que elaborou para que representante da Suzano tenha subsídios para levar a questão à diretoria da empresa. Outro representante do Natureza Bela disse que o controle do estado não é suficiente e recomendou à empresa desenhar um modelo para auxiliar na compra de madeira na Costa do Descobrimento.

O secretário executivo lembrou que, no episódio de Nova Caraíva, a compra da Suzano podia contribuir para fortalecer os processos mal feitos na região, dando força para ilegalidades, recordando que existem membros do FF ameaçados de morte por causa deste processo e aguardava um novo posicionamento da empresa sobre recuperação da floresta retirada na beira da estrada durante este processo.

O representante da ASCBENC reforçou que, no episódio da compra de madeira de Lucio Pinto, teve gente ameaçada de morte por causa da denúncia no FF e que, em conversa com um representante da Suzano, falou-se que era preciso ter uma contrapartida para

a comunidade. Em seguida, a empresa suspendeu compra e tirou maquinário, mas a madeira continuou sendo tirada de motosserra, enquanto a empresa dizia que não estava comprando! Propôs, então, que a empresa vá até a comunidade e assuma que tem parcela de culpa, pois não fizeram recuperação da área degradada, e que, na ocasião, declare que a opção de não comprar a madeira partiu da empresa, pois os representantes do FF na comunidade levaram o nome de ladrões e surgiu boato de termos recebido R\$ 30 mil da Suzano.

O representante da Cooplantar fez um breve histórico do episódio da regularização do plantio de Lúcio Pinto junto à APA Caraíva-Trancoso, que teve como resultado 13 condicionantes, que não foram cumpridas. E comentou que como participaram desde o início do processo na APA não iam ficar de braço cruzado e trouxeram denúncia para o FF, antes de ir ao MP.

Se mostrando preocupado com a posição dos representantes de Caraíva, o secretário executivo propôs que sejam convidados para a reunião com a Suzano os outros proprietários da localidade para que os fatos sejam esclarecidos, numa conversa franca e aberta, e não restem dúvidas. Sugeriu ainda que FF se disponha a ajudar os proprietários a comercializar a madeira, desde que cumpram as condicionantes.

Encaminhamentos:

Representante da Suzano enviará resposta até dia 20 de junho sobre a proposta de autodenúncia junto ao MP.

Representantes da Cooplantar e ASCBENC vão agendar reunião com a Suzano em Caraíva até a segunda quinzena de julho, mobilizando comunidade.

Ao final deste debate, foram encerrados os trabalhos do primeiro dia de reunião, com continuidade prevista para a manhã seguinte.



**DIÁLOGO
FLORESTAL**

FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

05 de junho

O secretário executivo abriu o segundo dia de reunião propondo inversão nos assuntos da pauta, iniciando pela apresentação do Projeto Arboretum,

TAC - Projeto Arboretum: status de implementação

O representante da Fibria expôs o andamento do Programa Arboretum de Conservação e Restauração da Diversidade Florestal, que prevê um entreposto de sementes nativas, um arboreto, que envolve uma área de plantio florestal com prioridade para coleta de sementes e herbário para consulta botânica. A abrangência do projeto será a dos municípios da área de influência da Fibria e Suzano no Extremo Sul da Bahia, de Cumuruxatiba para o sul, e o compromisso maior do programa é a restauração da Mata Atlântica. Informou que a construção do prédio, orçada em R\$ 2,4 milhões deve começar em julho, com previsão de término em março de 2014, numa área cedida em comodato pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), próxima a Polícia Rodoviária Federal e ao Instituto Federal Baiano (IFBA), em Teixeira de Freitas. A parceria envolve UNEB, Ministério Público (MP), Serviço Florestal Brasileiro (SBF) e 80 fomentados da Fibria que já assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A cada 3 anos a empresa irá adquirir imagens para monitoramento, que vão cobrir do sul do Parque do Descobrimento até norte do Espírito Santo, ao sul, e a divisa com MG, a oeste.

O representante da Suzano complementou informando que 200 produtores da empresa estão participando do programa, sendo que um total de 380 propriedades serão monitoradas pelo trabalho. Afirmou que estão sendo realizadas reuniões mensais com Instituto Estadual de Meio Ambiente (INEMA), MP e Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da Escola de Agricultura Luiz de Queiróz (LERF-ESALQ) para definir modelo de desenvolvimento dos PREVs, a serem financiados pelas empresas. Informou que, em julho, serão entregues os primeiros PREVs aos proprietários. A área total das propriedades é de 50 mil ha e deste total haverá restauração em cerca de 20 a 30%, significando, no mínimo, 10 mil ha de restauração. Lembrou que TAC foi assinado entre MP, Fibria e Suzano e que depende da adesão voluntária dos proprietários fomentados.

O representante da Fibria ressaltou que as empresas não podem renovar contratos com quem não provou regularidade ou não assinou o TAC. Destacou que o trabalho tem dado contribuição relevante ao Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), pois empresas apontaram uma série de melhorias para atender ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o MP levou estas necessidades à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). Falou da dificuldade em cadastrar Reserva Legal (RL) em propriedades com menos de 4 módulos. Observou que o que originou o TAC entre empresas e MP foi uma força tarefa do Estado que verificou que 85 propriedades na região apresentavam irregularidades. O representante da Fibria explicou ainda que as empresas aderiram ao TAC com condicionantes e com limitações porque as terras não são delas, a responsabilidade da restauração é 100% do produtor, que tem que aderir voluntariamente ao programa e as responsabilidades das empresas são o financiamento do prédio, doação de mudas e

construção de mapas das propriedades, além do fornecimento de mudas, quando for o caso: propriedades de 50 ha a 100 ha ganham mudas da empresa da qual é fomentada. O projeto prevê a geração de 500 mil mudas/ano para restauração, que virão do projeto Arboretum e o TAC prevê o monitoramento das áreas.

O representante da Fibria informou, ainda, que o programa de restauração das áreas próprias prevê restauração de 7 mil ha de 2010 a 2013 e mais 6 mil ha até 2024. Embora, o TAC não preveja restauração em áreas das empresas, o MP pede informações destas terras próprias. O representante da Fibria afirmou que pode disponibilizar para o FF o RTGA (Relatório Técnico de Garantia Ambiental), que é um balanço de todas as ações que as empresas realizaram durante o ano e que é entregue para o INEMA. Nele estão contidas ações de restauração, monitoramento de água, anuências e licenças. Enfatizou que sempre convidou o MP para haver alinhamento entre Programa Arboretum e projetos do FF, além de difundir as informações sobre as ações realizadas pelas empresas e pelas organizações do FF, a exemplo das iniciativas de restauração.

A representante de Costa Dourada notou que alguns assuntos sobre o Programa Arboretum ficaram em suspenso. Entre eles, como seria a formação das cooperativas regionais para colher sementes, citando que o assunto merece um espaço maior e uma preparação para quando for levar situação para as comunidades.

O representante da Suzano reforçou que é preciso difundir as informações importantes das empresas e organizações, afirmando que as empresas florestais têm um programa sério de restauração em todos os biomas: a área de Mata atlântica em São Paulo teria aumentado por conta das iniciativas das empresas.

A representante da Fibria solicitou que, como o Programa Arboretum vai ser parte da temática da próxima reunião, que se envie convite com mais antecedência para SFB e MP, além de sugerir a inclusão do programa Assentamentos Sustentáveis na pauta.

Apresentação Veracel – O representante da Veracel apresentou um mapa de todo o Extremo Sul da Bahia e alguns municípios do Sul e sudoeste baiano, com as áreas de restauração da empresa e de fomentados. Informou que sobre este mapa são marcadas ações que foram feitas desde 2004 pela Veracel e que a intenção é incluir as áreas de restauração em que outras organizações estão trabalhando, para montar um banco de dados de áreas restauradas e restaurações em curso na região. Observou que a empresa assume o compromisso de, até próxima reunião do FF, incluir os processos de restauração na região, como os do IBio, Natureza Bela e MDPS, que encaminharão para a Veracel os shapes com as áreas restauradas ou com restauração prevista.

A representante da Fibria informou que a empresa vai adquirir imagens para fazer trabalho similar ao da Veracel, de monitoramento independente da cobertura florestal; desta forma será possível e ver o que foi restaurado na região e não apenas nas áreas próprias. Foi agendada reunião do GT no período da tarde para tratar especificamente sobre este assunto.

O secretário executivo ressaltou que mesmo com as iniciativas de monitoramento da cobertura florestal da Veracel, Fibria e Suzano vai haver um “ponto cego” entre o norte do Parque do Descobrimento e sul do Monte Pascoal, que não estaria coberto pelo monitoramento das 3 empresas e, por este motivo, sugeriu que Fibria e Suzano assumam a cobertura desta parte do território.

Atuação de organizações socioambientais do Fórum: experiências de restauração florestal – IBIO/Nat. Bela (Corredor Monte Pascoal Pau Brasil) e MDPS (CEPOC)

- Apresentação MDPS (anexo)

O representante do MDPS abordou o Projeto CEPOC (Corredor Ecológico Porto Seguro Cabrália), que tem como área de atuação os assentamentos rurais de Camurugi, Imbirussu, São Miguel e Vale Verde. Citou que é feita mobilização com comunidade para permitir a atuação na propriedade, através de auto-adesão. Neste projeto, compete ao proprietário cercar, combater formigas e repor mudas. Em contrapartida, recebe as mudas e o plantio é feito por uma equipe vinculada ao projeto, orientada pelo engenheiro florestal Danilo Sette, com a mesma metodologia do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, gerada pelo LERF. Sobre a adequação ambiental das propriedades rurais, avaliou que o CEFIR tinha muitos problemas no início, o que dificultou o andamento do projeto, mas, após aprovação do novo Código Florestal, o sistema começou a ser melhorado e agora consegue cadastrar as propriedades, fazendo as averbações e os cadastros de forma tranquila. Salientou ainda que o maior parceiro do projeto CEPOC até hoje foi a Veracel.

- Apresentação Natureza Bela

O representante da Natureza Bela abordou o projeto Corredor Monte Pascoal – Pau Brasil, que tem como objetivo restaurar 220 ha de Mata Atlântica visando a conectividade florestal do corredor ecológico constituído pelos fragmentos florestais do parques nacionais do Pau Brasil e Monte Pascoal. Informou que, sob a supervisão do LERF, o projeto foi iniciado com a Cooplantar e depois por questões de operacionalidade se passou para a Cooplanjé, cooperativa indígena recém criada. Observou que a maior parte da área em restauração estava desflorestada em virtude de incêndios e retirada de madeira para confecção de artesanato ou venda das toras, não só pela população indígena, mas pelas comunidades do entorno. O projeto envolve 60 famílias de 3 aldeias do entorno do Monte Pascoal e a intenção é nos próximos 6 anos envolver todas as 17 aldeias da Terra Indígena de Barra Velha e Águas Belas (TIBVAB), com atividades de restauração florestal e agroflorestas. A proposta é que as próximas famílias beneficiadas entreguem os tornos e ferramentas de confecção de artesanato, como sugeriu um dos caciques. Um projeto em escala maior será apresentado ao BNDES, dentro do Mata Atlântica 2, já que o edital deve ser lançado ainda este ano e o banco prefere projetos de maior envergadura o que traz oportunidade de fazer um consórcio com as organizações que atuam no território.

O representante da Suzano indagou se este é o primeiro projeto de restauração florestal com índios na região.

O representante da Natureza Bela respondeu que sim, seria este o primeiro alinhado com BNDES e com um valor significativo de investimento.

O representante da Fibria sugeriu a integração com o projeto Formas da Natureza para que o mesmo receba as ferramentas e tornos dispensados pelas famílias indígenas.

Por sua vez, o representante da Suzano considera muito tênue a questão do sucesso com cultura indígena, avaliando que é perigoso entrar achando que está beneficiando a cultura indígena e às vezes não está.

O secretário executivo, que também atua no projeto como coordenador do Programa de Sustentabilidade da TIBVAB, frisou que as decisões são coletivas, com participação do Conselho de Caciques, lideranças e povo Pataxó, a partir da mobilização de suas comunidades e que, mesmo sendo um processo lento, vê muito entusiasmo e responsabilidade por parte dos Pataxó, sendo este um processo de longo prazo, para ser desenvolvido em 21 anos.

O representante da Natureza Bela disse que o trabalho tem como base o *Araguakisã* - Plano de Gestão Territorial da TIBVAB, decorrente de trabalhos anteriores do Povo Pataxó com a FUNAI e a UNESCO.

O representante da ASCBENC reforçou que, para se trabalhar com comunidade indígena, tem que chegar com muita cautela e não pode levar nada pronto. Mas no projeto em questão aconteceram várias reuniões, e como também é índio, esteve em uma delas explicando que o que estava sendo iniciado seria bom para a comunidade, sugerindo ainda que as associações indígenas sejam convidadas a participar do FF.

O representante da Suzano perguntou quantas famílias e quantos índios serão diretamente beneficiados pelo projeto.

O secretário executivo e coordenador do Programa de Sustentabilidade da TIBVAB respondeu que a previsão é ampliar o número atual de 60 famílias para cerca de 400 famílias nos próximos 5 anos, gerando alternativa de renda em atividade sustentável para todas as famílias que hoje trabalham com a retirada ou beneficiamento de madeira nativa no Parque Nacional de Monte Pascoal.

O representante da Natureza Bela citou que o BNDES está muito focado na restauração, mas começa a ver na agrofloresta uma possibilidade de proteção do investimento. Outra finalidade deste projeto é que a comunidade indígena envolvida aprenda e depois desenvolva seus próprios projetos e possam acessar recursos subsidiados diretamente, sendo uma das opções o acesso a financiamento para agricultura de baixo carbono, com linhas do próprio BNDES.

O representante da Fibria fez questionamento sobre a metodologia de restauração e o preço praticado.

O representante do Natureza Bela respondeu que, na maioria dos 220 ha restaurados, será feita a condução da regeneração natural e posterior enriquecimento, com plantio de espécies de diversidade.

O representante da Coopplantar explicou o método da condução da regeneração, tal como preconizado pelo LERF, no qual se aproveitam as mudas que já estão na área.

O representante da Suzano elogiou o projeto, acreditando se tratar de um importante “case” para estudo e reedição.

Apresentação Ibio

O representante do IBio iniciou sua apresentação falando das dificuldade em conseguir áreas produtivas para restauração na época do debate sobre mudanças do Código Florestal e que a área objeto do projeto se situa no Corredor Monte Pascoal Pau Brasil, nos municípios de Itabela/Porto Seguro. Abordou o sistema de gestão operacional georeferenciado dos projetos, com possibilidade de acompanhamento pela plataforma GeoAtlântica e informações veiculadas online. Citou o Projeto Energia Verde/Coelba, com restauração de 50 ha, além da restauração financiada com créditos de carbono, certificados pelo CCBA em 2009, comercializados com as empresas Kraft Foods e Natura.

O Corredor Monte Pascoal Pau Brasil foi a primeira iniciativa de restauração florestal do país a receber a certificação no padrão CCB - Clima, Comunidade e Biodiversidade. A avaliação externa e monitoramento é feita por empresa vinculada ao LERF-ESALQ. Para obtenção das áreas, membros da ASCBENC e ANAC conversaram com produtores entre 2005/2006, seguidos depois pela prospecção realizada pelo IBio, a partir de uma apresentação do FF em reunião da ASPEX.



**DIÁLOGO
FLORESTAL**

FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

Possibilidades e propostas de integração

O representante da Fibria argumentou que existem diferentes ações de restauração e que FF deve ser link e buscar maior sinergia das ações, para um aprender com outro e diminuir custos, para saberem quem faz monitoramento e custos, para comparar com custo das empresas. Também propôs o desafio de se criar um GT para capitanear a busca das melhores práticas de restauração, o que seria bom para o Fórum e para as organizações. O secretário executivo mencionou que de acordo com novo protocolo do PAC o custo do monitoramento ficaria em torno de R\$ 20 mil/ha, incluindo plantio e manutenção por 2 anos e que o MDPS e o Natureza Bela chegaram a um custo de R\$ 18mil/ha, nas últimas contas.

A representante da Veracel enfatizou que todos tem dificuldade no monitoramento, não só na metodologia, e que, para isto, normalmente faz-se necessária a contratação de consultoria externa, porque o processo demanda muito tempo.

O representante da Natureza Bela afirmou que, com a proposta de participação na nova chamada da Iniciativa BNDES Mata Atlântica 2 (BNDES MA2), se pretende dar um passo adiante, ampliando a escala da restauração, trabalhando de forma integrada com a rede de organizações que estão se encontrando na reunião do Conselho Gestor do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (COMAPES), para ampliar no território de aplicação, que pode se estender do Parque Nacional do Descobrimento, ao sul, até o rio Jequitinhonha, ao norte.

O secretário executivo expôs que, em reunião com a Fibria, Conservação Internacional, IBio e TNC sobre BNDES MA2 foi alegado que o Banco não entraria nos municípios da área de influência da Fibria e Suzano no Extremo Sul da Bahia, porque ali os fomentados já estavam se vinculando a um TAC. A partir desta percepção, deu notícia sobre a elaboração de um projeto apenas na área de influência da Veracel, através de um consórcio liderado pelo Natureza Bela.

A representante da ASPEX argumentou que, dentro desta associação, a ideia hoje é o mapeamento de interesses para ver quem tem intenção de disponibilizar áreas para restauração, mas ressaltou a importância de alguma contrapartida econômica, para ser mais interessante para produtor.

O representante da Suzano comentou que, para recursos públicos não reembolsáveis, tem que haver algum benefício social forte. Para o representante da Fibria, um bom gancho para o sucesso de um projeto como este pode ser a silvicultura com nativas e extração de produtos florestais não madeireiros.

Por sua vez, o secretário executivo pontuou que, no âmbito do projeto do Corredor Monte Pascoal Pau Brasil, foi colocado pelo BNDES que restauração era um benefício social difuso, era interesse público, por conta, pelo menos, da água e da biodiversidade, e que a própria ampliação da cobertura florestal da região anunciada pelas empresas já



**DIÁLOGO
FLORESTAL**

FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

seria motivo para BNDES ver com bons olhos a possibilidade de financiamento. Sugeriu casar, no edital do BNDES MA2, o financiamento da agricultura de baixo carbono e Pronaf Floresta, para complementar a atividade de restauração, com geração de produtos florestais não madeireiros.

O representante da Suzano considerou que não se pode encher o BNDES com projetos, pois pode haver áreas mais críticas e mais degradadas que sejam mais prioritárias, que projeto em questão estaria muito macro, mas que não se pode perder oportunidade de fazer um grande projeto, de recurso não reembolsável.

O representante da Natureza Bela falou em priorizar, neste novo projeto, os parques nacionais, com foco na conectividade de forma adicional, e trabalho com assentamentos, tendo como gancho o projeto do MDPS, além da ASPEX.

Sobre a sugestão de criar um novo Grupo de Trabalho, o secretário executivo lembrou que mais de um GT nunca funcionou no FF e que o melhor era levar o tema prioritário para dentro do GT integração, incluindo no GT outras organizações, como IBio, Coopplantar e outras interessadas. Ponderou que um projeto dessa envergadura tem que fortalecer Coopplantar, ASPEX e organizações novas, como a Cooplanjé.

Outros Assuntos

Sobre a criação de um Grupo para Revisão do Regimento Interno, a ser liderado pela Conservação Internacional (CI), a secretaria executiva tentou entrar em contato com a CI, sem sucesso, não houve nenhum avanço posterior e o grupo não foi constituído.

Sobre o Congresso Regional vinculado ao Congresso Nacional de Ecologia, que seria realizado em Porto Seguro na segunda quinzena de setembro, o secretário executivo avaliou que talvez o FF não possa ser tão ambicioso para fazer um evento grande. Reportou que o conselho do Mosaico foi chamado para se apresentar no Congresso de Ecologia e que o Fórum, os 2 comitês de bacia, o COMAPES e Subcomitê da RBMA, além dos 2 Territórios de Identidade, poderiam fazer uma reunião durante o evento, tentando a integração das agendas para 2014 e a atuação integrada em temas comuns. Sobre o mesmo assunto, a representante da Fibria sugeriu verificar temas de interesse comum e planejar evento integrado para o ano que vem.

O secretário executivo observou que na próxima reunião do GT deve ser abordado o uso dos 3 km em Mucuri e pediu às empresas dimensionarem as terras nessa faixa.

O representante da Suzano avaliou que o primeiro passo é fazer um recorte, uma análise de aptidão e imobiliária para saber quais pessoas se interessariam, quais seriam as propostas e quanto se produz de madeira nesta faixa.



**DIÁLOGO
FLORESTAL**

FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

O representante de Oliveira Costa argumentou que quando se ouve falar de novas oportunidades, novos investidores na região ficam com pé atrás com o que pode ocorrer, pois o recuo dos 300m é área demarcada e o recuo de 3 km iria “bater de frente” com estas pessoas. Falou ainda das reuniões que foram feitas, onde foi dito aos moradores que se houver invasão as pessoas serão denunciadas, mas lembrou que o acesso ao litoral é garantido na Constituição e que vai brigar se este direito das pessoas for retirado, terminando por questionar se, em caso de recuo de 3 km, as áreas continuariam sendo das empresas.

A representante de Costa Dourada reforçou que o recuo tem que ser bem feito se não vai se um “deus nos acuda”.

O representante da Fibria mencionou que é preciso tomar cuidado, pois já se previa que a história iria chegar antes, que é preciso ser responsável com as informações para não gerar uma boa notícia para grileiros, lembrando que empresas estão abertas a ouvir propostas de bom negócio.

O representante da Suzano disse que as empresas tem setor jurídico rigoroso e sempre que acontece invasão fica mais difícil uma proposta como essa. Disse que a conversa com a comunidade que ali mora é importante, porque se houver qualquer movimentação fora do normal, a empresa vai se queixar e entrar na justiça. E que falar sobre área dos 3 km para negócio, pode gerar “telefone sem fio” e invasão da área.

O representante de Oliveira Costa citou que o que dá tranquilidade aos que estão na área é que empresa não tem interesse em confronto, mas que, à frente de propriedades da Fibria e Suzano, as áreas são “de marinha”, mas as pessoas não estão interessadas nisso.

O secretário executivo afirmou que a ideia que estava imaginando era de escolher um pedaço que servisse de piloto, entre Oliveira Costa e Costa Dourada, e sugeriu que o próximo passo fosse que empresas fizessem um estudo de viabilidade ou se usasse o recurso de sobra do FF com esse objetivo.

Os representantes das empresas disseram não ser possível a execução do estudo e o representante da Suzano sugeriu que se entre em contato com grandes empreendedores, pois a área tem um mega-potencial turístico e não precisa fazer uma análise de potencial, pois, se o empreendedor tiver interesse, ele mesmo vai fazer o estudo de viabilidade. O primeiro passo seria, portanto, buscar um empreendedor que se interesse pelo negócio, pois ele não vai financiar estudo se não tiver interesse.



FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

A representante de Costa Dourada sugeriu que as empresas façam uma avaliação de quanto se produz de eucalipto para saber o valor econômico da área. O representante da Fibria argumentou que as empresas não são compradoras nem vendedoras de terra e que esta é uma questão de mercado imobiliário. Considera a sugestão do representante da Suzano boa, apontando um primeiro passo mais tímido, provocando empresas que tem vocação hoteleira e dizendo que tem terras à disposição.

Como deliberação, foi sugerido que a Secretaria Executiva consulte a Imobiliária Neto, que já atua na região e goza de boa credibilidade, além de outros eventuais interessados. Os contatos desta imobiliária serão repassados pela representante de Costa Dourada.

Ao final deste debate, o secretário executivo disse que a reunião terminava com o fechamento de dois acordos, o que era um resultado positivo em face do tempo que estes temas permaneceram em pauta nas reuniões do Fórum Florestal.